



## Universidade pública enfrenta a crise

## Havana voltará a ser o quintal estadunidense?

Após meio século do embargo americano à ilha caribenha, Estados Unidos e Cuba retomam relações diplomáticas

Da redação

Colaborou Lu Sudré

Em dezembro de 2014, os presidentes dos Estados Unidos e Cuba, Barack Obama e Raúl Castro, anunciaram uma série de medidas que significariam a maior mudança na relação entre os dois países desde a imposição do embargo estadunidense à ilha, em 1962. As conversas foram iniciadas com o objetivo de retomar relações diplomáticas, com a perspectiva de flexibilização do bloqueio econômico e comercial.

A libertação do preso político Alan Gross pelo país cubano e a dos três últimos componentes do grupo Cinco Cubanos pelos Estados Unidos, sinalizaram um novo capítulo na relação entre Havana e Washington, rompidos dois anos após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, liderada por Fidel Castro.

Rodrigo Medina Zagni, professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Osasco, afirma que a retomada das relações diplomáticas não deve ser confundida com o eventual fim do regime socialista em Cuba e, menos ainda, como um marco do fim de hostilidades de mais de meio século.

**Jornal Entrementes – A retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba significa uma mudança na política externa de Washington com a América Latina?**

Rodrigo Medina Zagni – As hostilidades contra a Venezuela evidenciam que a lógica por trás da recente aproximação entre Washington e Havana não significa a vigência de novos paradigmas. A hostilidade à Venezuela aponta a permanência de velhos hábitos, desde o fomento dado por Washington às ditaduras militares no Cone Sul. Sem mais poder contar com o argumento de existência da Guerra Fria – que por quase meio século escamoteou o interesse de empresas estadunidenses –, no caso venezuelano, o golpe militar desfechado em 2002 foi seguido prontamente pela declaração de apoio da Casa Branca ao governo ilegítimo empossado pelos golpistas. Após a morte de Hugo Chávez, os mesmos setores, apoiados pelo imperialismo, voltaram mais uma vez suas forças com a finalidade de demover um governo democraticamente eleito, o de Nicolás Maduro, a quem Raúl Castro reafirmou, recentemente, solidariedade. Para além dos ensaios de aproximação com Havana, o governo Obama assina uma lei, aprovada pelo Congresso de maioria republicana, impondo restrições e congelamento de bens de autoridades venezuelanas. O que devemos nos perguntar a fim de entendermos a aparente contradição é: Em nome de quais interesses são elaboradas as políticas estadunidenses para a América Latina? Quem se beneficiará de uma reaproximação com Havana e com a demonização crescente do governo Maduro? E, ainda, com as articulações neogolpistas no Brasil e na Argentina, por exemplo.

**JE – Até que ponto a decisão política de retomar o diálogo não foi motivada por interesses econômicos dos Estados Unidos?**

RMZ – Nos últimos anos, a conjuntura econômica internacional não permite mais compreender a situação cubana nos termos anacrônicos da Guerra Fria. Sobretudo após a crise de 2008, os Estados Unidos

não podem nem devem mais ser vistos como aspirantes à condição de parceiros comerciais privilegiados nas relações inter-americanas. A China também pletela essa condição, seguida pelo mercado europeu e pela Rússia. A predisposição do executivo estadunidense para retomar não apenas relações diplomáticas, mas para restabelecer relações comerciais, econômicas e financeiras com a ilha, responde às pressões que conglomerados econômicos multinacionais e companhias estadunidenses passaram a fazer sobre a Casa Branca e o Congresso. Destacam-se os lobbies organizados da Apple e da Coca-Cola que, antes mesmo dos anúncios de Obama e Castro, veicularam na grande mídia possibilidades de comercialização com Cuba. A articulação válida a hipótese de que esses interesses, a partir da infraestrutura econômica, obrigam a superestrutura política a readequar suas práticas a fim de acomodá-los. O Estado é um interlocutor, pura e simplesmente, de suas

oligarquias, mas em um momento dos ciclos sistêmicos de acumulação do capital em que a divisão internacional do trabalho já deu lugar à constituição de complexos transoceânicos de megacorporações como novos núcleos de poder político e econômico. Mesmo com a vigência dos embargos, condenados nada menos do que 23 vezes pela Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados Unidos já são o sétimo exportador de produtos alimentícios para Cuba (principalmente frango e soja), valendo-se de brechas que autorizam a exportação de alimentos desde que os pagamentos sejam feitos à vista, constituindo a produção estadunidense já 6% das compras cubanas. Trata-se de um mercado de grande vulto, já que a ilha gasta, por ano, cerca de 2 bilhões de dólares com a importação de alimentos e os produtores de alimentos, nos Estados Unidos, querem ampliar a pauta de produtos para arroz e trigo. Há questões de natureza política que se referem à disputa entre o executivo e o legislativo, controlados, respectivamente, por democratas e republicanos. Em uma realidade política na qual o eleitorado latino pode, efetivamente, decidir os rumos da próxima eleição presidencial (principalmente, no caso da Flórida, um dos maiores colégios eleitorais do país), a estratégia de Obama visaria, nesses termos, minar a influência republicana sobre a comunidade cubana.

**JE – Há algum interesse do país relacionado ao capital turístico da ilha?**

RMZ – A distância entre os dois países é de apenas 150km. No passado, esse potencial turístico já foi de interesses de grupos criminosos, em especial os da máfia italo-estadunidense, nas décadas de 1940 a 1960, que exploravam amplamente cassinos e atividades ilegais nos Estados Unidos, como por exemplo, o comércio de bebidas e prostituição. Boa parte do capital mafioso saía de Los Angeles para Miami. A proximidade geográfica, em conjunto com esse potencial "turístico", fizeram



historicamente com que Cuba fosse uma espécie de quintal dos Estados Unidos. A exploração turística em uma condição de relação assimétrica tem um caráter bastante colonial.

**JE – Como a retomada das relações reflete na vida cotidiana e política dos cubanos, principalmente da juventude?**

RMZ – A juventude passará a ter acesso a alguns itens de consumo de massa, que fazem parte da chamada Revolução Tecnológica, incluindo a rede mundial de computadores, por meio de smartphones. A difusão dessa escala de consumo, em uma ordem muito maior do que já ocorria em Cuba, tende a aprofundar o processo de difusão de valores estadunidenses.

**JE – Há possibilidade de um predomínio de valores capitalistas no mercado de consumo em Cuba?**

RMZ – Não acredito que a abertura econômica signifique de alguma forma o fim do socialismo na ilha. É preciso diferenciar o caso cubano do chinês, que abdicou do processo ideológico para aderir na espiral de consumo da economia internacional. Não é possível comparar os dois países. Nem em termos constitucionais, nem em termos de geografia e geopolítica. Evidentemente, a entrada de Cuba no mercado de consumo implica um ônus em termos de projeto ideológico, mas não acredito que o regime cubano irá abdicar dele. O governo de Cuba terá que lidar com uma gama de liberdades muito maiores para um novo tipo de exercício da cidadania. Claro que também terá que lidar com a contrapropaganda, porque os valores propagandeados pela indústria de consumo de massa elaboram uma correlação equivocada entre o capitalismo e a liberdade. A correlação entre capitalismo e a real democracia não são essencialmente verdadeiras, e no caso será usada como uma contrapropaganda ao governo de Raúl Castro.